

Contexto da privatização do ensino público no Brasil: a lógica institucional das aquisições de materiais didáticos pelos municípios brasileiros.

Bruna da Silva Barbosa², Jaime Crozatti³

Introdução

Atualmente um dos principais debates teóricos no estudo da gestão e administração pública se refere às lógicas institucionais, que é uma forma de olhar para alguns problemas que ocorrem durante a ação das organizações na implementação das políticas públicas, buscando formas de resolvê-los e aprimorá-las. Definem-se lógicas institucionais como formas de prescrever a interpretação acerca do funcionamento das organizações (Greenwood, et al., 2011), ou seja, são um apanhado de normas e diretrizes que dão sentido e direcionamento para as ações dentro de ambientes sociais, sejam públicos ou privados. Por meio das lógicas institucionais que são definidas as ações que promovem legitimidade às práticas dentro das organizações, elas refletem o contexto e o ambiente em que estão inseridas, por isso tendem a gerar complexidade aos ambientes de implementação das políticas públicas.

No contexto da educação pública a análise das lógicas que permeiam a implementação das políticas educacionais é importante, pois a fragmentação dos ambientes institucionais neste

² Mestranda no Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

³ Docente da Graduação e do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

campo dificulta que a centralidade da lógica de mercado seja analisada nos níveis micro da política (Holanda; Mendonça, 2022). Por isso, entende-se que é importante ampliar os estudos sobre as implicações da ação do mercado na educação pública brasileira, sobretudo pensando no impacto dos conflitos entre lógicas presentes nas instituições educacionais públicas. Nesse contexto, surgem inquietações acerca de um movimento em ascensão nos últimos anos, a privatização do ensino público (Adrião; Garcia; Drabach, 2020).

Dessa forma, este artigo tem o objetivo de estudar, de forma comparada, o contexto da privatização do ensino público nos estados brasileiros na última década, buscando compreender quais mudanças estão presentes neste mercado e identificar o/os tipo/os de lógica/as que as políticas educacionais foram sendo conduzidas antes e durante a pandemia.

Contexto da educação brasileira durante a pandemia

O debate acerca dos direitos da criança e do adolescente permeia diversos âmbitos. No campo das Políticas Públicas há atualmente um esforço em garantir para esse grupo os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nestes instrumentos normativos se garante o direito à criança e ao adolescente ter proteção integral e prioridade absoluta, não só por parte do poder público, como também da família, comunidade e sociedade (BRASIL, Arts. 1º e 4º, 1990).

O direito à educação visando pleno desenvolvimento, preparação para exercício da cidadania e para o trabalho (BRASIL, Art. 53, 1990) também é um importante direito previsto pelo ECA, e que foi um dos que mais sofreu com a pandemia (DataSenado, 2022). Especialistas na área da educação e administração

pública vem se dedicando em estudar os impactos da paralisação das escolas por todo país e adoção de um modelo remoto de ensino.

Nesse sentido, entende-se que as políticas públicas de educação devem ser analisadas por uma lente que identifique não somente os problemas estruturais dessas políticas, mas também em como ocorre sua implementação, sobretudo em momentos de crise. Pensando teoricamente, é importante entender que no processo de implementação as desigualdades existentes no país e o contexto socioeconômico não só o afetam, mas também o inverso pode acontecer, a implementação pode reproduzir práticas excludentes e desiguais já existentes (Pires; Lotta, 2019).

Por isso, em relação à pandemia, compreender como as desigualdades sociais existentes no país impactam o processo de implementação das políticas públicas de educação, e até como o processo pode ter sido uma forma de reproduzir desigualdades, é extremamente relevante, pois, não há garantia que outras pandemias não surjam nos próximos anos, pelo contrário. Além disso, é inegável que os dois anos de pandemia deixaram diversos impactos na implementação das políticas educacionais, refletidas, não somente nos indicadores educacionais, mas também no orçamento (Pereira; Pinheiro; Peres, 2023). Isto é importante, pois, mesmo entendendo que o empenho de gastos para a área não é fator único para determinar a qualidade do ensino (Moraes et al., 2023), sabe-se que atualmente é uma forma de avaliar a qualidade da implementação da educação, quando comparado com o desempenho dos estudantes (Crozatti; Santos, 2022).

Por isso, o tema da privatização do ensino público por meio do gasto com materiais didáticos é extremamente importante neste momento pós-pandemia, sobretudo quando se observa as

mudanças estruturais e qualitativas dos materiais didáticos durante este período, advindas da adoção do ensino remoto (Adirão, *et al.*, 2022).

Privatização da educação pública por meio dos materiais didáticos

A educação pública brasileira é marcada pela existência de múltiplas lógicas, que dividem espaço nos ambientes em que políticas educacionais são implementadas (Mendonça; Santos, 2020), sobretudo a lógica de mercado e a estatal. Nos últimos anos a lógica mercadológica vem crescendo neste campo por meio da atuação do Investimento Social Privado (IPS) (Mendonça; Santos, 2020), de organizações com práticas filantrópicas e Sistemas Privados de Ensino (SPE), que visam melhoria no desempenho do sistema público de educação utilizando iniciativas de mercado, onde a educação é vista como mercadoria e como forma de expor ideologias (Adrião, *et. al.*, 2020).

Nesta perspectiva, o estudo sobre a privatização/terceirização do ensino público é um debate que vem crescendo nos últimos anos no campo da Administração Pública, com discussões que buscam refletir a investigação sobre as formas que o setor privado atravessa as dinâmicas e os arranjos da educação pública. Este fenômeno surge a partir do incentivo de práticas de gestão e administração utilizadas no mercado no setor público, trazidas pelo *New Public Management* (NPM), como forma de melhorar o desempenho das instituições públicas (Crozatti; Santos, 2022), que trouxe novas formas de pensar de forma híbrida as relações entre público e privado (Denis; Ferlie; Gestel, 2015). Mas, que, no entanto, carrega a crença de que serviços privados possuem maior qualidade que os públicos, por isso devem ser

mercantilizadas para aqueles com condições de adquirir (Adrião; Peroni, 2009).

Um dos principais aspectos que marca o processo de privatização do ensino público no país são os SPE, que são promovidos por empresas que possuem interesse no setor e, por isso, fornecem serviços para o sistema público. Dentre eles se destaca a venda de materiais didáticos, insumos técnicos e capacitação. Estes três processos citados podem ocorrer concomitantemente por uma mesma empresa/grupo empresarial que ofereça vários tipos de serviços.

Considerações Finais

Com este trabalho, ainda em construção, espera-se conhecer melhor o cenário da privatização/terceirização do ensino público por meio da compra de materiais didáticos, entendendo como o conflito entre as lógicas permeiam o campo educacional e qual resultado de dois anos de pandemia para a implementação das políticas públicas educacionais.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena; PAIVA, Gustavo; XIMENES, Salomão. Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; DRABACH, Nadia. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. Políticas Educativas, Paraná, v. 13, n. 2, 2020.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Brasília: Edição Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

CROZATTI, Jaime; SANTOS, Gabriela Mandu dos. Associação entre IDEB, Gastos com Pessoal Próprio e Compras no Ensino Fundamental dos Municípios Paulistas. FGV EAESP, CGPC, Vol. 27, n. 88, 2022.

DataSenado. Impactos da pandemia na educação no Brasil. 10/02/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>. Acesso em: 31 outubro 2022.

DENIS, Jean-Louis; FERLIE, Ewan; GESTEL, Nicolette Van. Understanding hybridity in public organizations. *Public Administration*, 93(2), 2015.

FERLIE, E. Caracterização da Nova Gestão Pública. In: FERLIE E.; ASHBURNER, L.; FITZGERALD, L.; PETTIGREW, A. A Nova Administração Pública em Ação. Brasília: Ed. UNB / ENAP, 1996.

GREENWOOD, Royston; RAYNARD, Mia; KODEIH, Farah; MICELOTTA, Evelyn., & LOUNSBURY, Michael. Institutional Complexity and Organizational Responses, *The Academy of Management Annals*, 5(1), 2011.

HOLANDA, Bruna de Moraes; MENDONÇA, Patrícia Maria Emericiano de. A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: dinâmicas entre as lógicas institu-

cionais do Estado e da sociedade e sua implicação na coprodução: dinâmica organizativa Estado-sociedad y coproducción. *Administração Pública E Gestão Social*, 14(3), 2022.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: Gabriela Lotta (org.). *Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019.

MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano de; SANTOS, Paula Santana. Investimento social privado e políticas públicas de educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 25(80), 2020.

MORAES, V. M.; CROZATTI, J.; MACHADO, G. S. Federalismo e desigualdades horizontais em educação: conectando os anseios equalizadores por meio de uma tipologia de municípios. *Dados-Revista de Ciências Sociais*. NO PRELO.

PEREIRA, Lauana Simplicio; PINHEIRO, Yasmim de Sousa; PERES, Ursula Dias. Gestão da Educação na Pandemia: análise dos gastos educacionais nos estados em 2020. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 13, n. 4, 2023.

PIRES, Roberto Rocha C; LOTTA, Gabriela. Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In: Roberto Pires (org.). *Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.